

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PÓS-GRADUAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação

Ana Paula Ornellas Mauriel

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação

Resumo: Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS possuem potencial estratégico de resistência ao produtivismo e à precarização da formação seja na graduação e/ou na pós-graduação, pela via da pesquisa. O artigo apresenta, no primeiro momento, uma recuperação da concepção de GTP nos seus documentos originais, sua orgânica ligação com a ABEPSS, com as Diretrizes Curriculares e com o projeto ético político. Em seguida mostra quais os caminhos que os GTPs têm realizado para sua implantação, os desafios que os acompanham para articular graduação e pós-graduação e para construir a aproximação entre os GTPs, as regionais e as Unidades de Formação Acadêmicas.

Palavras-chave: Grupos temáticos de Pesquisa. Diretrizes Curriculares. Projeto Ético Político. Pós-graduação.

Recebido em 09.11.2016. Aprovado em 23.02.2017.

Introdução

Os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foram criados em 2010 no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, com o intuito de servirem de base para criação de redes de pesquisadores e interlocuções entre pesquisas, no sentido de se tornarem um espaço estratégico de resistência ao produtivismo, ao isolamento entre os pesquisadores e à precarização da formação seja na graduação e na pós-graduação, pela via do fortalecimento da pesquisa e da produção de conhecimento na área de Serviço Social. Várias ações vêm sendo realizadas desde então pelas comissões coordenadoras dos sete GTPs para implementar essa iniciativa nas consecutivas gestões da ABEPSS.

O artigo é uma adaptação de palestra realizada numa Oficina Regional, cujo tema versou sobre a relação entre pós-graduação e graduação e o fortalecimento dos GTPs na atual conjuntura de recrudescimento da mercantilização do ensino superior e de destruição de direitos, comprometendo elementos chave da pesquisa e da concepção de formação profissional que se defende no projeto profissional do Serviço Social. Para tratar do tema, o texto apresenta, no primeiro momento, uma recuperação da concepção de Grupo Temático de Pesquisa nos seus documentos originais, que necessariamente passa pela sua orgânica ligação com a ABEPSS, para em seguida entender essa relação com as Diretrizes Curriculares e com o projeto ético político. No segundo momento, o texto apresenta os principais caminhos que os GTPs têm realizado para promover sua implantação e os desafios que os acompanham para articular graduação e pós-graduação e para construir a aproximação entre os GTPs, as regionais e as Unidades de Formação Acadêmicas.

Os GTPs, a ABEPSS e a necessária articulação entre Graduação e Pós-Graduação

A criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) ocorreu em 2008, a partir da inclusão do artigo n. 34 do Estatuto da ABEPSS que versa sobre a constituição de Grupos Temáticos de Pesquisa na área de Serviço Social:

Art. 34. Os grupos temáticos – GT de pesquisa na área de Serviço Social, matriculados no âmbito da ABEPSS, são formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social.

Parágrafo único: Compete aos grupos temáticos de pesquisa:

- I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;
- II – organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;
- III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;
- IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;
- V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (ABEPSS, 2008).

Após a inclusão desse artigo, em 2009, foi elaborado um primeiro documento base intitulado “A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica – Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)”, o qual circulou, em âmbito nacional, acumulando sugestões e observações advindas dos debates nas oficinas regionais. A revisão do documento incorporou um conjunto de propostas advindo de debates democráticos entre Unidades de Formação Acadêmicas, programas de Pós-graduação e a Diretoria Nacional e Regional da ABEPSS. O Seminário Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa da ABEPSS, realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2010, na UFRJ, trouxe ainda mais subsídios para um melhor desenho da proposta, culminando na apresentação de um novo documento, intitulado “A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)”. A implantação dos GTPs ganhou seu primeiro passo concreto a partir do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS) de 2010, realizado no Rio de Janeiro, quando ocorreram os colóquios por área temática, criando assim os sete GTPs da ABEPSS. Sendo eles: 1) Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 2) Política Social e Serviço Social; 3) Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; 4) Movimentos Sociais e Serviço Social; 5) Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; 6) Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; 7) Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

No documento de 2009, a criação dos GTPs está subsidiada por Comissões Coordenadoras, que foram eleitas nos Colóquios, no âmbito do XIII ENPESS, mas a serem renovadas a cada dois anos, junto com a Diretoria da ABEPSS, cujos integrantes deveriam contemplar: dois coordenadores, indicados nos Colóquios do ENPESS, e um coordenador indicado pela Diretoria da ABEPSS. A composição dessas Comissões Coordenadoras, tal como consta no documento de 2009, segue alguns critérios:

- reconhecida produção na área;
- vínculo orgânico com o projeto de formação profissional da ABEPSS;
- diversidade regional;
- participação nos fóruns de pesquisa e profissionais do serviço social;
- interlocução com as ciências humanas e sociais;
- capacidade de articulação e agregação (ABEPSS, 2009, p.11-12).

A construção dos GTPs consolida uma antiga inquietação da nossa área, cuja possibilidade histórica só pode ser deslanchada nesse momento, como resultado do acúmulo das pesquisas e do amadurecimento da produção de conhecimento do Serviço Social nos últimos trinta anos. A concepção de Grupo Temático de Pesquisa posta ali os apresenta como espaços estratégicos de resistência contra o produtivismo, a pressão e o isolamento que os pesquisadores são constantemente submetidos à lógica meritocrática e cada vez mais intensificada de trabalho.

O contexto de criação dos GTPs é justamente o de acirramento da crise estrutural e resultante dos consecutivos ajustes neoliberais e contrarreformas da educação em todos os seus níveis, particularmente aqui considerando o nível superior, as quais trouxeram ao longo dos anos 1990 e 2000, um acelerado processo de mercantilização da educação, a abertura indiscriminada de cursos à distância e o aligeiramento da formação profissional (BRAZ; RODRIGUES, 2013). Nesse contexto, onde os padrões de produção e reprodução do capital e de acumulação incidem mais diretamente na construção das subjetividades, por meio de valores que reforçam a naturalização dos processos sociais, a competitividade, o pragmatismo, as relações utilitárias, novas contradições se impõem aos processos educacionais, que incorporam, na perspectiva do tempo presente, a autorresponsabilidade, o empreendedorismo, a flexibilidade, a provisoriedade das relações, a tecnocracia dos índices e rankings, reforçando com novos combustíveis ideológicos o velho chavão de que educação é chave para o sucesso pessoal no mercado (GUERRA, 2013). Tais mudanças contribuíram para a formação de uma cultura de competitividade e do produtivismo intelectual, com uma forte incidência na dinâmica dos programas de pós-graduação em Serviço Social, na direção social estratégica da formação que se quer consolidar na graduação, no redimensionamento do trabalho dos docentes e também no cotidiano universitário (AMARAL, 2012).

Diante dessas condições, há pressão para introduzir, na área social, critérios e dinâmicas positivistas, as quais são lógicas dadas por outras áreas, especialmente as ciências naturais e exatas, que trazem dinâmicas de investigação estranhas à área social, dada a natureza dos seus objetos e requisitos temporais para a pesquisa e publicação de resultados. A lógica produtivista desconsidera, por exemplo, a importância da produção técnica, como relatórios, pareceres sociais, atividades de assessoria e consultoria, consideradas atividades importantes para o conjunto de assistentes sociais. É nesse sentido que os GTPs constituem uma estratégia de resistência a esses processos corrosivos, coletivizando debates de ponta, pautando temas relevantes, alimentando o debate da formação e do exercício profissionais, fomentando as publicações da área, estimulando a organização de redes de pesquisa, fomentando a articulação com a pesquisa desenvolvida por (Unidade de Formação Acadêmica) UFAs e instituições de pesquisa internacionais, constituindo os eixos estruturadores do ENPESS, dentre outras possibilidades (ABEPSS, 2009)¹. Contudo, o diferencial dos GTPs em relação às iniciativas semelhantes de associações de outras áreas é buscar a articulação da pós-graduação com a graduação. Tal especificidade se dá pela consideração de que a dimensão investigativa atravessa todos os níveis da formação profissional – tanto a graduação como a pós-graduação – e encontra-se em intrínseca relação com a natureza interventiva da profissão. Nesse sentido, os GTPs se constituem (ou devem se constituir) “em espaços que gerem uma sinergia entre graduação e pós-graduação por meio da pesquisa” (ABEPSS, 2009, p. 2). Por isso, tal conexão entre graduação e pós-graduação, a meu ver, não pode deixar de ser realizada sem a mediação das Diretrizes Curriculares e dos princípios que vigoram naquilo que chamamos de projeto profissional do Serviço Social ou Projeto Ético-Político.

A formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, desde meados da década de 1990, dispõe de um projeto pedagógico que contempla um conjunto de valores e diretrizes que superam a ideia de um ensino meramente profissionalizante, que lhe dão a direção estratégica e contempla um determinado perfil de profissional, o qual prioriza as três dimensões constitutivas da profissão: a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos. Este perfil de profissional, entre outras exigências, determina a necessidade de

um referencial teórico-metodológico consistente, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios éticos socialmente referenciados com os trabalhadores e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional (GUERRA, 2009). Tal perfil corresponde a uma formação voltada para compreender a dinâmica real da vida, de natureza generalista, com um horizonte que forneça elementos e conhecimento para a transformação da realidade, sempre tendo como referência a realidade de vida e de trabalho dos setores explorados e que sofrem múltiplas formas de opressão.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS são uma referência fundamental para garantir essa formação, pois tem por base um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação constitutivos da Formação Profissional, pensando-os numa visão de totalidade. A Lei n. 8662/1993, a qual regulamenta a profissão de Serviço Social, exige da(o) assistente social tornar a pesquisa um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, como precondição do exercício profissional competente e qualificado, pois se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais (BRASIL, 2011). Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais (GUERRA, 2009). Ou seja, a formação é um processo interminável que não se encerra na graduação, ou mesmo na pós-graduação, mas que demanda atualizações permanentes como forma de compromisso individual (inscrito no Código de Ética) e coletivo (reconhecido pelas entidades da categoria) com a qualidade dos serviços prestados à sociedade (BRAZ; RODRIGUES, 2013).

... há pressão para introduzir, na área social, critérios e dinâmicas positivistas, as quais são lógicas dadas por outras áreas, especialmente as ciências naturais e exatas, que trazem dinâmicas de investigação estranhas à área social, dada a natureza dos seus objetos e requisitos temporais para a pesquisa e publicação de resultados.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação do exercício profissional, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. É importante enfatizar que a pesquisa em Serviço Social se desenvolveu fortemente, durante muitos anos, na graduação. Contudo, é inegável a vocação e a liderança da pós-graduação no processo de produção de conhecimento nas últimas décadas. Historicamente, a primazia da prescrição interventiva da profissão não assegurou que seus objetos de intervenção ganhassem estatutos de uma área específica de conhecimento. Aquilo que permitiu que o Serviço Social se tornasse uma área de conhecimento reconhecida institucionalmente pelo CNPq foi, de um lado, o surgimento de uma intelectualidade que pode vincular-se, prioritariamente, à pesquisa e produção de conhecimento (NETTO, 1996) e, de outro lado, processos de agravamento da questão social e a complexificação da relação Estado-sociedade-mercado no contexto pós-64, os quais demandaram ao Serviço Social buscar nas ciências sociais e humanas aporte para construção de respostas mais qualificadas (CARVALHO; SILVA e SILVA, 2005). É nesse cenário

que o Serviço Social brasileiro é solicitado a incorporar a pesquisa como instrumento de conhecimento e intervenção sobre o real.

Todavia, é no processo de maturação do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1996), na passagem dos anos 1980 para 1990, com os esforços de rupturas com o tradicional conservadorismo, que o Serviço Social brasileiro ganhou visibilidade na sociedade brasileira, por meio de suas entidades representativas, pelas publicações de bibliografia própria e pelas posições que assumiu no planejamento e gestão das políticas públicas².

O Serviço Social termina os anos 1990 e entra no século 21 se vendo confrontado com as transformações desencadeadas pela crise e suas respostas no cenário internacional, pelo neoliberalismo e a contrarreforma do Estado no Brasil e seus impactos no mundo do trabalho e políticas sociais, trazendo novos desafios para a intervenção e formação profissionais. É diante dessas questões que os GTPs são criados e trazem consigo a incumbência de fortalecer o Serviço Social como área de conhecimento, mas sem elitizar ou hierarquizar essa produção de conhecimento, dando exclusividade à pós-graduação. Por isso, a outra mediação essencial para fortalecer a relação entre graduação e pós-graduação é o projeto ético-político, uma vez que entendemos que “a produção de conhecimentos em si direciona e conduz os rumos da formação profissional, fornece o contorno teórico do projeto ético-político e a construção do perfil profissional que se almeja” (BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 258).

Partimos do entendimento de que os componentes que materializam tal projeto no processo sócio histórico da profissão são os princípios e valores ético políticos, a matriz teórico metodológica em que se ancora, a crítica radical à ordem social vigente, além das lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria por meio de suas organizações coletivas e demais formas de organização política aliada aos movimentos e setores mais progressistas da sociedade brasileira:

O Projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o *projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero* (NETTO, 1999, p. 104 5 *apud* TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 6).

Por isso não foi coincidência que os GTPs tenham sido criados justamente no ENPESS onde o tema era “Crise do Capital e Produção de Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”, haja vista que diante do agravamento da crise do capital e da agudização das expressões da “questão social”, não tem como se pensar a pesquisa e a produção de conhecimento, como fontes de renovação para a formação, sem serem socialmente referenciadas, sem estar atrelada à luta por direitos e sem perder de vista a direção da construção da emancipação humana, por isso crítica. Essa concepção de GTPs que reforça a relação da pesquisa na graduação e não só na pós e sua ligação com valores e princípios profissionais estão presentes no documento de 2009 que dá origem aos GTPs.

Desafios da implantação dos GTPs: balanço e perspectivas³

A partir das gestões seguintes da ABEPSS, já tendo sido eleitas as comissões coordenadoras nos colóquios do ENPESS 2010, houve um processo de implantação dos GTPs, que de um modo muito diverso, têm procurado assegurar as premissas e objetivos que estão na base de sua constituição, que de forma mais efetiva, tem buscado: conhecer e socializar o “estado da arte” de cada área temática; aproximar, estimular e fortalecer vínculos entre os(as) pesquisadores(as) e participar de forma mais orgânica da organização do ENPESS.

O documento informativo dos GTPs de novembro 2012 da ABEPSS mostra um primeiro balanço dessa construção. Nesta publicação o objetivo era dar visibilidade às atividades que envolveram a implementação dos GTPs na gestão 2011-2012. Tal documento nos mostra que, em termos de concepção, se encontra uma versão mais voltada para a organização da pesquisa na pós-graduação, menos voltada à integração com a graduação. Em termos de concepção, afirma-se:

Reconhecendo-os como necessários à reflexão teórica, os Grupos Temáticos de Pesquisa mostram-se como um espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento. Organizando-se em torno de pesquisadores das áreas de conhecimento de Serviço Social e áreas afins, os Grupos Temáticos de Pesquisa congregam especialistas para tratarem de temas de relevância social, constituindo-se em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates mais profundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e de demandas das forças progressistas da sociedade. Promove, ainda, a integração entre a pesquisa desenvolvida nos Programas e as linhas de pesquisa consideradas relevantes para a área, estimulando e fortalecendo as instâncias do debate sobre a política científica no país, ao lado e em articulação com outras associações científicas. Os Grupos Temáticos de Pesquisa, como o próprio nome já o indica são formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia, mas estão vinculados organicamente à ABEPSS, devendo os mesmos estar capacitados a disseminar produções; promover debates e estabelecer interlocução entre pesquisadores (ABEPSS, 2012, p. 9).

Isso teve rebatimentos diretos nas finalidades dos GTPs, as quais, no documento, retomam suas características originais do Artigo 34 do Estatuto da ABEPSS, de 2008, ou seja, que foram concebidas antes dos acúmulos das amplas discussões nas regionais e entre os programas de pós-graduação, e que culminaram no documento de 2009, que deu origem aos GTPs no ENPESS de 2010. E um dos principais acúmulos ganhos nos debates foi justamente a indicação de que os GTPs deveriam servir como meio de fortalecimento relação entre graduação e pós-graduação por meio da pesquisa e da produção de conhecimento. Isso significa, de um lado, que no primeiro momento de construção dos GTPs (primeira gestão consecutiva da ABEPSS 2011-2012)

houve a necessidade dos GTPs de se voltarem para dentro, de se auto-organizar, indicando uma fase de reconhecimento dessa estratégia e de encarar os primeiros desafios, como a divisão dos sete eixos temáticos, a construção das ementas de cada um desses eixos, a construção das dinâmicas de trabalho das comissões coordenadoras, que tinham diferentes perfis e localidades e a relação com a própria ABEPSS. Por outro lado, que a relação da pós-graduação com a graduação é um dos elementos mais desafiadores não só para efetivar a operacionalização dos GTPs, mas na construção da capilaridade da própria ABEPSS hoje. Ou seja, os GTPs não estão ilesos das determinações que vem sofrendo a pós-graduação, a pesquisa e a educação superior como um todo. Determinações que vem no sentido sempre de reduzir: “a possibilidade de garantir o elemento essencial daquilo que qualifica o Serviço Social como profissão vinculada aos interesses das classes trabalhadoras, aquilo que lhe confere uma direção social estratégica, ou seja, questão do método de análise da realidade, mas reforçando seus procedimentos e normativos e práticos” (AMARAL, 2012, p. 232).

É importante ressaltar, contudo, que houve um movimento geral de construção, um avanço desde o ponto de partida inicial em 2010, por parte de todos os GTPs. As principais atividades que demonstram isso são: o acúmulo sobre o conhecimento do “estado da arte” de cada área temática dos GTPs e sua socialização nas *Temporalis*, nos colóquios; as tentativas de construção e fortalecimento de vínculos entre pesquisadores(as); a participação de forma mais orgânica na organização do ENPESS; as próprias reedições das ementas que se ampliaram e incluíram temas em relação à sua primeira versão, como resultado de discussões coletivas nos colóquios. Todas essas atividades permitiram perceber um aumento do número de participantes nos colóquios dos GTPs no ENPESS e nos eventos dos GTPs em geral; o crescimento dos grupos e núcleos de pesquisa nas áreas temáticas dos GTPs, bem como das publicações e trabalhos nos eventos do ENPESS, e também da presença dos temas nas linhas de pesquisa e disciplinas de pós-graduação.

No que se refere ao levantamento do estado da arte da produção de conhecimento, as estratégias utilizadas têm sido, majoritariamente: consulta no banco de teses e dissertações da CAPES; consulta aos periódicos importantes da área; consultas aos sites dos programas de pós-graduação da área; consulta dos grupos de pesquisa registrados nos diretórios dos grupos do CNPQ; observação das disciplinas ministradas nos programas de pós-graduação da área vinculadas ao tema; consulta aos Anais dos CBAS e aos anais dos ENPESS passados, além de análise dos trabalhos do ENPESS na gestão atual.

Alguns GTPs avançaram mais em relação à questão da formação e na condução do seu eixo temático nas Diretrizes. As principais estratégias apresentadas (ainda a serem realizadas, outras em fase inicial de realização) nos relatórios, foram: a elaboração uma referência bibliográfica acerca da temática do seu GTP; pesquisar sobre o desenvolvimento da temática do GTP em Ementas, Programas e Bibliografias das disciplinas da Graduação e da Pós-Graduação nas Unidades de Formação Acadêmicas; analisar os conteúdos referentes à temática do GTP a partir do relatório da “pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social” realizada pela ABEPSS, publicada na *Temporalis* n. 14; identificar a produção realizada pelos Grupos de Pesquisa da Graduação e da Pós-Graduação da área e afins; englobando também as pesquisas no campo do trabalho profissional e do estágio em Serviço Social vinculados à área temática do GTP; realizar um levantamento dos TCC’s escritos sobre o tema do GTP no âmbito do Serviço Social; no plano do exercício profissional, analisar a demanda institucional pela atuação do Serviço Social na área temática do GTP (em alguns GTPs isso é mais fácil, como movimentos sociais ou questão agrária, por exemplo, mas na política social já é mais difícil, pois o escopo é muito amplo, envolvendo diferentes políticas e diferentes âmbitos de atuação).

No que se refere às principais estratégias para aproximar os GTPs das regionais e das UFAs, foram realizados levantamentos de dados de grupos de pesquisa do diretório do CNPq, pesquisas e linhas de programas de pós-graduação por regional da ABEPSS (isso veio aparecendo nos últimos relatórios e sistematizações nos Colóquios dos ENPESS, muitos já identificando, inclusive, quais as Unidades de Formação Acadêmicas correspondentes aos grupos de pesquisa em seu eixo temático); sugeriu-se formação de parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social e participação das suas comissões (a depender da área temática do GTP); sugeriu-se a realização de curso de formação para docentes, discentes e assistentes sociais sobre a temática do GTP (nessa iniciativa sugeriu-se pensar uma possível integração com ABEPSS itinerante).

No que se referem à socialização dos dados e do trabalho realizado pelas comissões coordenadoras, ressaltam-se como ações já realizadas, as apresentações nos colóquios de graduação e em eventos dos GTPs, ações que contribuíram para um processo de adensamento qualitativo nos colóquios dos GTPs no ENPESS, com o compromisso com uma publicação posterior ao ENPESS, particularmente via publicação nas revistas *Temporalis*. E como sugestões para aprimoramento da divulgação e socialização: a criação de uma página no facebook (GTP de raça/etnia, gênero, sexualidades, geração já indicou a página); elaboração de vídeos; proposta que a ABEPSS encaminhe para as UFAs o material sistematizado pelos GTPs, que ainda não foram publicados, considerando que esses dados são de difícil acesso; e, por fim, a necessidade de investir na sistematização e registro permanentes, a serem mantidos junto à ABEPSS, de tudo que se

constrói em cada gestão pelos GTPs, garantindo a continuidade operacional dos GTPs, indicando os relatórios como um dos principais meios para isso.

Muitas dessas estratégias e atividades sugeridas ou realizadas, entretanto, apresentaram ou apresentam dificuldades. Tais desafios passam por algumas questões e desafios que vem sendo discutidos entre os GTPs e entre esses e a ABEPSS Nacional. Um primeiro elemento é o papel das comissões coordenadoras, as quais ainda centralizam muito a dinâmica de funcionamento do GTP, mesmo tendo sido ampliadas no processo, com novos integrantes, representantes, devido às tarefas que foram assumindo na organização do ENPESS e de demandas de aproximação com as regionais (participação nas oficinas nacional e regionais, além das atividades de acompanhamento das pesquisas e produções da área, etc. como vimos há pouco). Isso está estreitamente vinculado ao cotidiano de excessivo trabalho nas rotinas acadêmicas, levando, muitas vezes, à descontinuidade no desenvolvimento das tarefas das comissões coordenadoras, pois hoje há uma diversidade de composição das coordenações e dos próprios GTPs. São descritas coordenações de três, quatro, cinco até mais membros, ou mesmo como coordenações ampliadas, com diferentes formas de funcionamento dos mesmos e, ainda, diferentes percepções de como se dá o vínculo entre os pesquisadores e os GTPs, o que nos leva ao segundo ponto. Outra questão ainda em discussão entre os GTPs e a ABEPSS é sobre quem pode participar dos GTPs, que é algo central para avançarmos no sentido de ampliar as atividades do GTP para além da comissão coordenadora. No documento de 2012, quem poderia compor os GTPs eram: “Assistentes Sociais, docentes, pesquisadores de Serviço Social e áreas afins de universidades públicas e privadas que já tenham produção vinculada à temática, bem como aqueles que desejem articular-se a outras pesquisas em um dos sete eixos estruturantes dos Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs” (ABEPSS, 2012).

Essa definição é bem geral, porém se afina com a ideia de um grupo com perfil mais acadêmico, algo que ainda não é acordado entre os GTPs, pois alguns pensam em ampliar os vínculos para movimentos sociais, outras entidades ou mesmo outras áreas. Ou seja, já se avançou em relação àquela primeira versão construída em 2012.

A consolidação de uma articulação orgânica entre os pesquisadores supõe o aprofundamento e investimento em algumas frentes que merecem ser analisadas e discutidas coletivamente, seja entre os GTPs, seja destes com a Diretoria Executiva Nacional da ABEPSS e suas regionais e com comunidades acadêmicas mais amplas. Algumas dessas questões fundamentais já vêm sendo debatidas e revertem diretamente sobre como consolidar essa participação e a ampliação das relações dos GTPs com as regionais e com as Unidades de Formação Acadêmicas. Um primeiro elemento chave está na relação entre os próprios GTPs. Há, em alguns GTPs, necessidade de aproximação entre seus temas no interior do próprio GTP. Como, por exemplo, no caso do GTP de Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades, cujas temáticas amplas e diversas acabam por definir subeixos temáticos que têm sido trabalhados separadamente, apesar do esforço das respectivas comissões coordenadoras de articulá-los. Há também necessidade de aproximação entre os GTPs, que ainda trabalham afastados entre si, ocupados com suas próprias dinâmicas, necessitando ter mais articulação, o que passa pela construção de objetivos programáticos conjuntos, mas também por temáticas comuns. Nesse caso, a questão que vem sendo ponderada não passa pela preocupação com um isolamento devido a uma hierarquização entre pesquisadores, ou seja, entre as comissões coordenadoras, que representam a ABEPSS, e os pesquisadores que formam os GTPs, mesmo considerando as ponderações dos/as coordenadores/as que afirmam que os encontros regionais e o ENPESS são insuficientes para formar uma dinâmica própria dos grupos. Contudo, a questão principal sobre a relação entre os GTPs é como estabelecer a articulação entre seus temas, programas e ementas, no sentido de articulá-los como os núcleos de fundamentação que compõem as Diretrizes Curriculares. Por exemplo, como pensar o eixo de geração (criança e adolescente; jovem; idoso) sem articular com as políticas sociais que vão materializar seus direitos? Como pensar a questão das mulheres ou LGBTQI sem articular com os movimentos sociais e as lutas que se apresentam hoje? Como pensar as políticas sociais sem articular com trabalho e questão social? É nesse sentido que há indicações para futuras ações conjuntas entre os GTPs, com eventos cujos temas possam congrega pesquisadores dos diferentes grupos a pensar sobre a mesma problemática, ou temas mais abrangentes, colaborando para avançar e amadurecer os debates em várias frentes, fortalecendo a área de Serviço Social como produtora de conhecimento.

Outro elemento é sobre a natureza da vinculação orgânica de pesquisadores da área ao GTP, que, a meu ver, não depende exclusivamente de estratégias de comunicação ou apenas de atividades presenciais que os aproximem, mas, sobretudo, de estratégias que permitam o conhecimento dos objetivos e desafios para a pesquisa na área temática do GTP. Ou seja, a atualização do “estado da arte” das produções deve conduzir ao que deve ser priorizado como a direção política que se deve propor nos eixos temáticos. Essa direção é um elemento-chave para assegurar um diálogo mais amplo entre pesquisadores do Serviço Social e com as áreas afins ao Serviço Social, garantindo o pluralismo, mas com hegemonia. Os GTPs, assim, poderiam funcionar

como um espaço que tem uma margem de flexibilidade, que podem também servir como porta de entrada para a ABEPSS para aqueles que não estão próximos da entidade ainda, mas sem deixar de ser parte da entidade.

Ou seja, a direção social que está na base da constituição dos GTPs configura-se como um dos eixos estruturantes de uma articulação programática entre potenciais pares. Porque os GTPs, ao realizar o “estado da arte” de suas produções, vêm identificando traços que indicam direção social diferente daquele posto por nosso projeto de formação profissional, expressando as contradições do contexto de crise do capital e das respostas conservadoras a ela. Logo, se pensamos que desde sua origem os GTPs são estrategicamente espaços para fortalecimento da ABEPSS, conseqüentemente, devem fortalecer o projeto de formação profissional que defendemos.

Um último elemento diz respeito ao que se entende por “pesquisa na graduação” ou dimensão investigativa. Enquanto GTPs é necessário, se quisermos fortalecer a relação entre graduação e pós-graduação, valorizar como e onde se faz a produção de conhecimento e as pesquisas na graduação e nos espaços profissionais (isso nos leva aos currículos e aos projetos pedagógicos de curso, inclusive, como a pesquisa vem sendo pensada como disciplina, por exemplo) e qual a relação dessas produções com cada eixo temático nos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

Considerações finais

A conjuntura atual (final da gestão 2015-2016) configura outro momento do processo de construção dos GTPs, diferente daquele inicial, pois a partir de amadurecimentos e discussões advindos das participações nos ENPESS, nos eventos das regionais e dos trabalhos internos das comissões coordenadoras, outros elementos passam a compor a preocupação tanto das comissões coordenadoras como da ABEPSS no sentido de dar mais capilaridade e vida aos GTPs. Os GTPs não podem ser pensados e tratados como espaços separados da ABEPSS ou deslocados de seus espaços, nesse sentido essa foi a construção buscada por essa última gestão (2015-2016), por exemplo, ao aproximar mais as comissões coordenadoras da organização do ENPESS. Isso é algo inédito, pois é o primeiro ENPESS em que efetivamente os GTPs vêm caminhando junto com a Direção Nacional da ABEPSS em todo o processo de construção acadêmico-científica do evento. Porém, as experiências anteriores, ainda que mais limitadas, foram passos importantes e fundamentais para avançarmos nesse sentido. Não há como negar que cada edição do ENPESS, pela interlocução direta da Nacional com as várias coordenações, algumas vezes envolvendo pesquisadores dos GTPs nos colóquios e agora nas mesas temáticas, foi importante para assegurar a coerência e a qualidade teórica do evento.

No último ENPESS, realizado de 4 a 9 de dezembro de 2016 em Ribeirão Preto, além da ampliação da participação dos GTPs na fase de organização geral do evento (desde a discussão das inscrições e ênfases dos trabalhos até a dinâmica de avaliação dos trabalhos, escolha de pareceristas, assessores temáticos; elaboração de carta aos pareceristas e assessores/as; apoio na organização das sessões temáticas), as comissões coordenadoras estiveram envolvidas em todo o processo de concepção do evento, especialmente participando como representantes da comissão científica. Durante o evento, tiveram seus espaços ampliados com a generalização das Mesas Temáticas de cada GTP (o que já havia sido testado no ENPESS anterior realizado em Natal com o GTPs de Movimentos Sociais e Serviço Social). Até o XIV ENPESS, em Natal, os GTPs realizavam apenas os Colóquios, onde dividiam o tempo de realização entre a discussão de temas relevantes do seu respectivo eixo temático diante da conjuntura. A partir do XV ENPESS, além dos Colóquios dos GTPs, foram incluídas as Mesas Temáticas, cujo objetivo é justamente poder aprofundar a discussão de temas relevantes do eixo temático do GTP⁴.

Outra novidade advinda do último ENPESS é a criação de um novo Grupo Temático, o GTP Serviço Social, Geração e Classes Sociais, fruto do desmembramento da temática de geração do GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades, que agora passa a ser nomeado GTP Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades. O surgimento desse GTP foi fruto de debates e amadurecimentos que vem ocorrendo desde antes do XV ENPESS, de 2014⁵.

Os GTPs, entretanto, não podem parar por aqui, eles necessitam do envolvimento e participação dos pesquisadores em diferentes atividades, de acordo com sua programática e desafios que se impõem às pesquisas e formação na área tanto na pós-graduação como na graduação.

Por fim, entendo que o reconhecimento e a relevância da pesquisa na área de Serviço Social foi uma conquista fundamental empreendida nas últimas décadas e o potencial dos GTPs para articular as dimensões de ensino-pesquisa-extensão é real, tendo obviamente entendimento das dimensões de suas ações, dos desafios e estratégias que enfrentam a cada gestão da ABEPSS.

Diante dessas considerações, espero que o texto seja um registro que possa contribuir como sistematização das ações dos GTPs da ABEPSS e que possa iniciar um diálogo sobre o enraizamento e disseminação

dos GTPs no cotidiano acadêmico e profissional das diretorias regionais da ABEPSS e das Unidades de Formação Acadêmicas.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)*. Gestão 2009-2010. Rio de Janeiro, 2009. Mimeo.
- _____. *Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. 2008. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- _____. Grupos Temáticos de Pesquisa. GTPs ABEPSS. *Informativo gestão 2011-2012*. Juiz de Fora, novembro, 2012. Mimeo.
- AMARAL, N. S. A política Nacional de Pós-Graduação e suas relações com o Serviço Social. *Revista Katáysis*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul./dez. 2012.
- BEZERRA, C. S. *et al.* *Relatório de Gestão do Grupo Temático de Pesquisa Questão Urbana, Agrária e Ambiental*. Gestão 2013-2014. ABEPSS, 2015, mimeo.
- BRASIL. *Código de Ética do/a assistente social*. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 9. ed. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BRAZ, M.; RODRIGUES, M. P. O ensino em Serviço Social da Era Neoliberal (1990-2010): Avanços, Retrocessos e Enormes Desafios. In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CARVALHO, D. B. B.; SILVA e SILVA, M. O. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, D. B. B.; SILVA e SILVA, M. O. (Orgs.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- GUERRA, Y. Formação Profissional em Serviço Social: Polêmicas e Desafios. In: SILVA, J. F. S.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Orgs.). *Sociabilidade Burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Notas

- 1 Vale ressaltar que “o caráter do GTP não é de execução de pesquisas e sim de estimular e propiciar o intercâmbio entre os pesquisadores e socializar as pesquisas, estejam em andamento, ou se já foram executadas” (BEZERRA *et al.*, 2015).
- 2 “Desde 1984, o Serviço Social é reconhecido como área de pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fato que não somente a legitimou institucionalmente, no âmbito das agências de fomento e avaliação, mas também contribuiu para tornar possível o estudo das problemáticas da realidade e sua relação com a produção do conhecimento” (AMARAL, 2012, p. 237).
- 3 Parte do balanço aqui retratado foi baseado em sistematização realizada sobre as informações contidas nos Relatórios de gestão 2013-14 dos GTPs Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social, entregues à Direção Nacional da ABEPSS entre março e agosto de 2015.
- 4 Mesas temáticas realizadas: Movimentos Sociais e Serviço Social: Resgate histórico dos 80 anos da profissão e desafios contemporâneos da relação do Serviço Social com os movimentos sociais (GTP Movimentos Sociais e Serviço Social); Relações Sociais de Opressão e Exploração: mediações para a formação e exercício profissional (GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades); Serviço Social, Pluralismo e Direitos Humanos: algumas reflexões em face da formação e do exercício profissionais (GTP Ética, Direitos Humanos e Serviço Social); A derruição do trabalho e os desafios para o Serviço Social (GTP Trabalho, Questão Social e Serviço Social); A necessidade de sustentação teórico-metodológica e ético-política das Diretrizes Curriculares/1996 no contexto do avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão (GTP Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional); Questão Urbana, Agrária e Ambiental: reflexões sobre a produção na área e desafios à luz das Diretrizes Curriculares (GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social); Estado e Política Social – fundamentos e contradições atuais (GTP Política Social e Serviço Social).
- 5 As considerações sobre o desmembramento da temática geração do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades foram apresentadas no Colóquio do GTP em 2014 e rediscutidas no ENPESS em 2016. Os encaminhamentos do Colóquio foram levados para Assembleia da ABEPSS realizada no dia 10/12/2016, que aprovou a criação do novo GTP.

Ana Paula Ornellas Mauriel

apmauriel@gmail.com

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Professora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF)

UFF

Rua Professor Marcos Valdemar de Freitas Reis, bloco E, sala 511

Campus Universitário do Gragoatá

São Domingos – Niterói – Brasil

CEP: 24.210-510